

Oposição vai à Justiça contra MP

BRASÍLIA — A constitucionalidade da Medida Provisória 1.513 — pela qual o presidente Fernando Henrique Cardoso distribuiu R\$ 106 milhões para obras rodoviárias em 13 Estados — será examinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). PC do B, PDT e PT protocolaram ontem no STF ação de inconstitucionalidade para tentar suspender os efeitos da MP. Os partidos de oposição alegam que a medida “usurpa poder do Legislativo” e permite a “utilização irregular de recursos públicos.” A MP recolocou R\$ 106 milhões no orçamento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e beneficiou sobretudo o Maranhão.